



Jonas Pereira/Agência Senado

Senadores comemoram em Plenário a aprovação do projeto, na companhia da apresentadora Xuxa e da ministra Ideli. Texto determina que União, estados, DF e municípios façam campanha de conscientização

Castigo físico para crianças passa a ser proibido por lei

Maus-tratos contra crianças agora colocam pais e responsáveis sujeitos a advertência, encaminhamento para tratamento psicológico e cursos de orientação. O projeto, que segue para sanção da presidente da República, foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado, com a presença da apresentadora Xuxa e de duas ministras: Ideli Salvatti (Direitos Humanos) e Marta Suplicy (Cultura).

— Nós queremos mostrar que as pessoas podem e devem ensinar uma criança sem usar violência — disse Xuxa.

A proposta vinha sendo chamada de Lei da Palmada e foi rebatizada para Lei Menino Bernardo em homenagem a Bernardo Boldrini, de 11 anos, que foi encontrado morto em abril, no Rio Grande do Sul, com suspeita de participação do pai e da madrasta no assassinato. 5



Marcos Oliveira/Agência Senado

Solenidade no Congresso marcou lançamento de central de atendimento a mulheres vítimas de violência. Presidente do Senado, Renan Calheiros, quer agilizar projetos que defendem direitos femininos

Campanha Eu Ligo 180 combate violência contra a mulher 4

Nova Lei de Migração deverá priorizar direitos humanos 3

Vai para sanção proposta que agiliza ações trabalhistas 9

Projeto dá transparência a reajuste de passagem 10

Programa Cultura Viva segue para a Câmara 8

Abastecimento pode piorar no Nordeste e em São Paulo 12

Congresso promulga Emenda das Defensorias

De acordo com a norma, todas as comarcas deverão ter defensores públicos em no máximo 8 anos. Atualmente, só 28% das comarcas brasileiras contam com atendimento jurídico gratuito à população

FOI PROMULGADA ONTEM no Congresso Nacional a Emenda Constitucional 80, proveniente da PEC das Defensorias (PEC 4/2014), que dá oito anos para que a União e os estados dotem todas as comarcas de defensores públicos.

Segundo a emenda, o número de defensores será proporcional à demanda pelo serviço e à população abrangida. O texto amplia o conceito de defensoria pública na Constituição, classificando-a como instituição permanente e instrumento do regime democrático.

A defensoria pública foi pre-

vista na Constituição de 1988 como forma de assegurar a todos os necessitados o acesso à Justiça. Cabe ao defensor orientar o cidadão, de forma gratuita, em questões judiciais.

— A defensoria pública exerce função de extrema relevância para aquela faixa da população que não possui condições de pagar advogados para fazer valer seus direitos — afirmou o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Ele citou um estudo que aponta um déficit de mais de 10 mil defensores. Apenas 28% das comarcas têm defensor.

A promulgação contou com a presença de defensores públicos de vários estados. O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, destacou a mobilização da categoria, que durante um ano visitou a Câmara pedindo a aprovação. Ele disse ter colocado a matéria em pauta mesmo sem acordo com o governo, que queria estudos da área econômica.

Participaram da promulgação a ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, Ideli Salvatti; o secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça; Flávio Croce Caetano; o presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais, Dinarte da Páscoa Freitas; e a presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Estaduais, Patrícia Kettermann.

Também estavam presentes os deputados Mauro Benevides (PMDB-CE), Alessandro Molon (PT-RJ) e Andre Moura (PSC-SE), autores do texto, relatado no Senado por Romero Jucá (PMDB-RR).



Ex-secretários-gerais da Mesa acompanham a posição de seus retratos

Claudia Lyra e Raimundo Carreiro são homenageados

O presidente do Senado, Renan Calheiros, homenageou ontem os ex-secretários-gerais da Mesa do Senado Raimundo Carreiro e Claudia Lyra com a aposição do retrato de ambos na galeria da Biblioteca Luiz Viana Filho. A cerimônia teve a presença dos ex-presidentes da Casa José Sarney, Edison Lobão, Garibaldi Alves Filho e Mauro Benevides, do ex-diretor-geral Agaciel Maia e de funcionários.

Carreiro ocupou o cargo de 1995 a 2007. Após 38 anos, deixou o Senado para se tornar ministro do Tribunal

de Contas da União (TCU). Claudia Lyra, servidora desde 1981, foi secretária-geral de 2007 a 2014.

Para Renan, a Secretaria-Geral é o coração do Senado e o braço direito da Presidência, indispensável na condução e sistematização de tudo o que se passa na Casa.

— Profissionais isentos zelam pelo fiel cumprimento das normas internas para que todos tenham oportunidades. Sem estrutura adequada e disposição para trabalhar horas a fio, o Congresso não pulsaria no ritmo atual — disse Renan.



Sessão solene do Congresso para promulgação de mudança na Constituição

Aprovada gratificação ao Ministério Público

VOTAÇÕES EM PLENÁRIO

Membros do Ministério Público da União (MPU) poderão receber em breve pagamento de adicional por acumulação de ofícios. A medida consta do Projeto de Lei da Câmara 6/2014, aprovado ontem pelo Plenário do Senado. Como houve mudanças no conteúdo, o texto terá de voltar à Câmara.

O PLC 6/2014 determina o pagamento dessa gratificação

sempre que houver acumulação de ofícios por três dias ou mais. O valor deverá corresponder a um terço do subsídio recebido pelo integrante do MPU que esteja acumulando função. O texto também define como “ofício” a menor unidade de atuação funcional individual do servidor.

A proposta relaciona algumas hipóteses em que a gratificação não será paga, como nos casos de atuação conjunta de

membros do MPU, atuação em regime de plantão e atuação em ofícios durante o período de férias coletivas.

No prazo de 30 dias após a entrada em vigor da lei, o procurador-geral da República — chefe do MPU — deverá regulamentar sua aplicação.

As despesas geradas serão cobertas, respectivamente, pelos orçamentos do Ministério Público e do Poder Judiciário.

Volta ao Plenário PEC que exige advocacia pública nos municípios

Retorna para votação no Plenário do Senado proposta de emenda à Constituição que regula a advocacia pública nos municípios (PEC 17/2012). Ontem, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) rejeitou emenda à PEC, apresentada em Plenário por Ana Amélia (PP-RS). A parlamentar pretendia tornar obrigatória a instituição da carreira de procurador apenas para os municípios com população superior a 100 mil habitantes.

A proposta, que altera o artigo 132 da Constituição, atribui aos procuradores municipais o exercício da representação e da consultoria jurídica desses entes federados.

Avança proposta que dá poder de polícia a guardas municipais

As guardas municipais poderão ter poder de polícia, para proteger tanto o patrimônio como a vida. A medida é prevista em projeto (PLC 39/2014) aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A relatora, Gleisi Hoffmann (PT-PR), apresentou relatório favorável à proposição e contrário a emendas apresentadas por Cidinho Santos (PR-MT).

O projeto — que vai ao Plenário — cria o Estatuto Geral das Guardas Municipais, regulamentando o § 8º do artigo 144 da Constituição, que prevê a criação de guardas municipais para a proteção de bens, serviços e instalações.

Revista manual a visitantes em presídios poderá se tornar exceção

A revista manual a visitantes de presos poderá passar a ser exceção, e não regra, nos estabelecimentos carcerários. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem, em decisão terminativa, projeto que estabelece a norma na Lei de Execução Penal (PLS 480/2013).

As mudanças nos procedimentos de revista pessoal em presídios foram sugeridas por Ana Rita (PT-ES). A senadora argumentou que, não obstante as garantias individuais trazidas pela Constituição federal, persiste o desrespeito ao visitante em presídios. O relator, Humberto Costa (PT-PE), recomendou a aprovação da proposta.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Lei de Licitações

9h Sessão deliberativa pode votar o PLS 559/2013, que reforma a atual Lei de Licitações. O projeto elimina a carta-convide e a tomada de preços no processo.

PRESIDÊNCIA Ordem do dia

10h O senador Renan Calheiros preside a ordem do dia e, às 12h, sessão do Congresso Nacional.

CRA Ministro Miguel Rossetto

8h O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, fala sobre o Plano Safra da Agricultura Familiar para a produção de 2014–2015.

CDH Política externa

8h30 A comissão promove debate sobre política externa de direitos humanos e as prioridades para 2014 com o diretor do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Itamaraty Alexandre Peña Ghisleni.

CRE/CRA Lei agrícola dos EUA

10h Os impactos da nova lei agrícola dos Estados Unidos na agricultura brasileira e mundial serão debatidos em audiência conjunta, em caráter interativo, das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Agricultura e Reforma Agrária. Estão convidados o consultor Clodoaldo Huguency e o diretor da Agroicone André Nassar.

MEIO AMBIENTE Mulher

10h Sessão solene da Câmara sobre “Mulher e o meio ambiente”, em comemoração à Semana do Meio Ambiente. Os senadores também participarão da sessão.

CONGRESSO Trabalho escravo

12h Promulgação da emenda constitucional que possibilita a desapropriação de imóvel rural ou urbano onde for constatado trabalho escravo, no Plenário do Senado.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 10h, audiência pública da **Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Agricultura e Reforma Agrária**. Ao meio-dia, sessão solene do Congresso Nacional para **promulgação da Emenda Constitucional 81/2014**. E, às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Gerardo Mungai/Agência Senado



Vital do Rêgo preside sessão da CCJ que aprovou proposta de Lei de Migração, que regula a entrada de estrangeiros no Brasil

Nova Lei de Migração terá foco em direitos humanos

Proposta substitui legislação com foco na segurança nacional e prevê mecanismos para evitar tráfico internacional de pessoas. Projeto receberá decisão final após análise pela Comissão de Relações Exteriores

O BRASIL PODERÁ ter uma Lei de Migração, com ênfase no tratamento humanitário, em substituição ao Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/1980), herança do governo militar que foca a segurança nacional. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem o Projeto de Lei do Senado (PLS) 288/2013, que estabelece direitos e deveres relacionados a vários aspectos da imigração e emigração, como a concessão de vistos, a repatriação,

a deportação, a expulsão e a naturalização.

A proposta, de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), define como um princípio da política externa a proteção da dignidade do emigrante brasileiro no exterior e institui mecanismos para combate ao tráfico internacional de pessoas.

Para o relator, Eduardo Braga (PMDB-AM), favorável ao projeto, a matéria amplia os direitos humanos e fundamentais do imigrante. Com a aprovação da

CCJ, a proposta segue para decisão terminativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o projeto foi aprovado com quatro emendas de Cyro Miranda (PSDB-GO): três delas de redação ou técnica legislativa e outra relacionada à contribuição para a Previdência Social do brasileiro que tenha trabalhado no estrangeiro. As emendas foram também acolhidas ontem pela CCJ.

Comissão discute política externa do país

O que o Brasil vai fazer na política externa de direitos humanos em 2014 e o que foi feito no ano passado? Levantar essas informações é o propósito do debate que a Comissão de Direitos Humanos (CDH) promove hoje, às 8h30.

Estão convidados para a audiência pública Alexandre Peña Ghisleni, diretor do

Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Itamaraty; o procurador federal dos Direitos do Cidadão, Aurélio Rios; o representante do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa, Pedro Villardi; e um representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

No pedido para a discussão, Eduardo Suplicy (PT-SP) explica que a ideia foi apresentada pelo Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa. O comitê foi criado em 2005 para monitorar permanentemente as decisões da política externa brasileira nos assuntos ligados aos direitos humanos.

Embaixador para o Sudão passa em Plenário

O Senado aprovou a indicação de José Mauro da Fonseca Costa Couto para embaixador do Brasil no Sudão. A proposta vai para promulgação.

Mestre em relações internacionais, Couto iniciou a carreira diplomática em 1980.

Foi primeiro-secretário em Montevidéu e Paramaribo (Suriname) e conselheiro em Tóquio.

Apesar de Brasil e Sudão terem estabelecido relações diplomáticas em 1968, elas só se fortaleceram em 2003, em

função da prioridade determinada pelo governo Lula à ampliação dos vínculos com países africanos e árabes. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, há importantes atividades de cooperação bilateral em agricultura e energia.

Senado debate nova lei agrícola americana

As Comissões de Relações Exteriores (CRE) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realizam audiência pública conjunta hoje, às 10h, para discutir os impactos da nova lei agrícola dos Estados Unidos na agricultura brasileira e mundial.

Para a reunião, requerida pelo presidente da CRE, senador Ricardo Ferraço

(PMDB-ES), e pelo presidente da CRA, senador Benedito de Lira (PP-AL), estão convidados

o consultor Clodoaldo Huguey e o diretor da Agroicone André Nassar.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 10h

▶ Portal e-Cidadania: www.senado.leg.br/ecidadania	▶ Alô Senado: www.senado.leg.br/alosenado
▶ Tempo real: http://bit.ly/CREeuaEC	▶ Tempo real: http://bit.ly/CREeuaAS
▶ Facebook: eCidadaniaSF	▶ Facebook: alosenado
▶ Twitter: @e_cidadania	▶ Twitter: @AloSenado
▶ TV: www.senado.leg.br/TV	▶ Alô Senado: 0800 612211
▶ Taquigrafia: http://bit.ly/comissaoRelacoesExteriores	

Emenda contra o trabalho escravo será promulgada hoje

O Congresso faz hoje às 12h sessão solene para promulgar a Emenda Constitucional 81, que prevê a expropriação de imóveis rurais ou urbanos em que se verifique trabalho escravo. Conhecida como PEC do Trabalho Escravo, a proposta foi aprovada no Senado dia 27 de maio. A emenda muda o artigo 243 da Constituição, que prevê expropriação de propriedades onde houver cultura ilegal de plantas psicotrópicas, acrescentando a medida para o caso de trabalho escravo.

A definição de trabalho escravo ainda depende de regulamentação, já que foi aprovada subemenda que incluiu a expressão “na forma da lei”. Uma proposta de regulamentação (PLS 432/2013), que tem Romero Jucá (PMDB-RR) como relator, aguarda votação. Estabelece a forma como será classificado e punido o responsável pelo trabalho escravo e os procedimentos. O texto também diferencia o mero descumprimento da legislação trabalhista do trabalho escravo.

Mozarildo cobra julgamento de ex-governador de Roraima

Em pronunciamento, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu à Justiça que julgue logo os processos contra o ex-governador de Roraima Anchieta Júnior. O senador disse que, além do processo de cassação, que há anos aguarda julgamento no Tribunal Superior Eleitoral, Anchieta Júnior responde a outras ações na Justiça, inclusive por pedofilia e pela titulação irregular de terras no estado. Mozarildo espera que o ex-governador

seja julgado por um colegiado em segunda instância antes das convenções partidárias, já que ele pretende concorrer ao Senado em outubro.

— Isso seria, sim, verdadeiramente trabalhar para que pudéssemos ter nas eleições gente de ficha limpa, e não como esse governador, que tem 16 processos. Precisamos eliminar da política essas pessoas que fazem da política um meio para corromper, para roubar mesmo.

Cyro Miranda critica governo e diz que país está paralisado

Cyro Miranda (PSDB-GO) disse que o Brasil está paralisado e experimenta, às vésperas do início da Copa do Mundo, um dos piores momentos econômicos, com alta da inflação e estagnação econômica.

E a situação só tende a piorar, acrescentou Cyro Miranda, ao lembrar que o inchaço da máquina pública, com elevado número de ministérios, provoca o desequilíbrio orçamentário e financeiro



Waldemir Boreto/Agência Senado

da economia.

Para ele, o estímulo ao consumo, com a isenção de impostos em alguns setores, fez, na verdade, crescer o endividamento das famílias.

— Dilma precisa entender que é presidente do Brasil, um país com uma economia dinâmica. O sectarismo e o dogmatismo são as receitas do fracasso. A sociedade quer de volta o Brasil moderno, com estabilidade econômica — disse o senador.

Requião apresenta propostas do PMDB para aliança com o PT

Roberto Requião (PMDB-PR) anunciou que apresentará à convenção nacional do PMDB propostas que considera básicas para a renovação da aliança



Waldemir Boreto/Agência Senado

do partido com o PT visando à eleição presidencial. Segundo ele, o PMDB pode oferecer mais que tempo de rádio e TV. Adoção de uma política industrial sustentada na ação pública, reindustrialização e um plano de formação e qualificação dos trabalhadores são algumas das propostas. Ele

considera essenciais o fortalecimento da agricultura familiar, o apoio aos pequenos e médios produtores rurais, a garantia de acesso universal à educação e à saúde e novo modelo de infraestrutura.

— Soberania, solidariedade, cidadania e desenvolvimento. Em síntese, são o que representam as ideias aqui apresentadas. É o que o PMDB tem a oferecer. Esse é o roteiro que propomos para o segundo mandato da presidente Dilma.



Com Vanessa Grazziotin e a deputada Elcione Barbalho, Eleonora Menicucci discursa no lançamento da campanha Eu Ligo 180

Renan quer pressa a textos em defesa das mulheres

Presidente do Senado disse que vai se esforçar para agilizar a tramitação de vários projetos sobre defesa dos direitos das mulheres. Para ele, não há como ser indiferente à elevada violência contra elas no Brasil

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, afirmou ontem que fará o possível para votar quanto antes projetos relativos à defesa dos direitos das mulheres. Entre eles, está o substitutivo de Gleisi Hoffmann (PT-PR) ao PLS 292/2013, que inclui o feminicídio como qualificador do crime de homicídio no Código Penal.

Segundo Renan, que participou do lançamento da campanha de divulgação da Central de Atendimento à Mulher “Eu Ligo 180”, não se pode ficar indiferente à violência num país como o Brasil, que ocupa o sétimo lugar no ranking com maior número de homicídios femininos.

— Ninguém pode ficar indiferente para que não se torne algo comum. É preciso tolerância zero com a violência contra a mulher — afirmou.

Renan Calheiros também destacou que outros dois projetos de grande interesse da saúde da mulher de autoria de Ana Amélia (PP-RS) já foram aprovados no Senado e estão na Câmara dos Deputados.

Um dos projetos da senadora prevê o acesso facilitado às políticas de prevenção, detecção e tratamento do câncer de mama. O outro determina a inclusão de medicamento de uso oral contra o câncer nas coberturas obrigatórias dos planos de saúde para permitir tratamento em casa.

Central de denúncias

Durante o lançamento da campanha, a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, e a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que está à frente da Procuradoria Especial da Mulher no Senado, cobraram de Renan a aprovação rápida do PL 6.013/2013, que regulamenta o serviço de denúncia de violência contra

a mulher. A proposição foi aprovada pela Câmara na terça-feira.

— Vamos votar esse projeto antes da Copa do Mundo para que todas as brasileiras e turistas estrangeiras saibam que o Brasil tem uma política de Estado de combate à violência, ao tráfico, ao assédio e a outros crimes — afirmou Menicucci.

Aplicativo

No evento, foi apresentado o aplicativo para celular Clique 180, desenvolvido pela ONU Mulheres em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres. O aplicativo permite acesso direto à Central de Atendimento à Mulher 180, que recebe denúncias, fornece

orientações e oferece conteúdos como a Lei Maria da Penha e o mapeamento de locais de risco nas cidades. O Clique 180 está disponível para os sistemas IOS e Android. Pode ser baixado na Apple Store ou na Google Play.

— Tem o velho ditado de que, em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher. Temos de mudar isso. Em briga violenta de marido e mulher, temos o dever de denunciar — disse Vanessa Grazziotin.

Segundo a ministra Eleonora Menicucci, a campanha já gerou um aumento de 40% nas denúncias no Brasil desde o seu início no final de maio.

DataSenado: 13,5 milhões de brasileiras já sofreram agressão

Pesquisa do DataSenado de março de 2013 estima que mais de 13,5 milhões de mulheres (19% da população feminina do país com 16 anos ou mais) já sofreram algum tipo de agressão. Dessas, 31% ainda convivem com o agressor. E entre as que convivem com o agressor, 14% ainda sofrem algum tipo de violência, ou seja, cerca de 700 mil brasileiras continuam sendo alvo de agressões.

De 84 países, o Brasil é o sétimo onde mais se matam mulheres. Está em pior posição que seus vizinhos na América do Sul (à exceção da Colômbia), que os países europeus (à exceção da Rússia), que todos os países africanos e árabes.

O DataSenado também revelou que aproximadamente uma em cada cinco brasileiras reconhece já ter sido vítima de violência doméstica ou familiar provocada por um homem. Os números mais

elevados foram registrados entre as que possuem menor nível de escolaridade, as que recebem até dois salários mínimos e as que têm de 40 a 49 anos. O tipo de violência mais frequente é a física, segundo 62% das vítimas. Desde 2009, tem sido esse o tipo mais citado. Em seguida, vêm a violência moral e a psicológica, relatadas por 39% e 38% das vítimas, em 2013. A violência sexual passou a ser citada por 12% das vítimas em 2013. Em 2011, eram 4%.

Entre as mulheres que já sofreram violência, 65% foram agredidas pelo próprio parceiro de relacionamento (marido, companheiro ou namorado). Ex-parceiros foram apontados como agressores por 13% das vítimas. Parentes consanguíneos e cunhados aparecem em 11% das respostas. Os principais motivos para a agressão continuam sendo ciúme (28% dos casos) e o uso do álcool (25%).

Senado terá sessão sobre segurança pública nos estados

O Presidente do Senado, Renan Calheiros, marcou para 15 de julho uma sessão temática no Plenário para ouvir os secretários estaduais de Segurança Pública sobre medidas para aumentar o rigor nas leis de combate à criminalidade. Ele recebeu ontem os secretários de São Paulo, Fernando Grella Vieira; do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame; de Minas Gerais, Rômulo de Carvalho Ferraz; e do Espírito Santo, André de Albuquerque Garcia.

Os secretários entregaram um documento com propostas para mudanças na legislação que permitam mais rigor na punição a criminosos, em especial os que praticam latrocínio (roubo seguido de morte). Segundo Grella, 50% dos latrocínios em São Paulo estão vinculados a roubo de carros e motocicletas.

No documento, os secretários sugerem que o roubo com lesões corporais graves, a receptação de produtos para serem aproveitados na indústria ou no comércio, o homicídio de agentes de Estado (juizes, promotores e policiais) e de menores de 14 anos e maiores de 60 sejam considerados crimes hediondos. Os condenados por crime hediondo devem cumprir a pena inicialmente em regime fechado e só podem

mudar essa condição depois de passar 40% do tempo para os réus primários e 60% para os reincidentes. Para crimes comuns, é permitido passar para o regime semiaberto após cumprir 16% da pena.

— A saída do acusado aumenta a sensação de impunidade na população. No Rio de Janeiro, em 2013, registramos 26 mil ingressos de criminosos e 24 mil saídas — disse Beltrame.

Segundo Rômulo Ferraz, isso se agrava ainda mais quando os cidadãos chegam ao ponto de linchar os criminosos, pois acreditam que a polícia não está fazendo o trabalho que lhe cabe.

— A culpa é do sistema legal, não do Judiciário nem da polícia. Mas não podemos aceitar essa violência. O sujeito é preso e solto 10, 15 vezes e acaba linchado — afirmou.

Ao todo, o documento entregue pelos secretários estaduais de Segurança tem 13 sugestões de mudanças da legislação e 5 administrativas. Eles querem que os parlamentares apresentem projetos de leis incorporando as reivindicações.

— Vamos fazer a sessão temática e sair de lá já com propostas efetivas sobre o que votar no Plenário. Até lá, vamos trabalhar nessas sugestões — garantiu Renan.



Secretários de Segurança, como Beltrame (D, Rio de Janeiro), visitaram Renan

Videoconferências são sugeridas como forma de reduzir custos

Também foram discutidas formas de financiamento.

— Precisamos trazer à discussão o mecanismo de vinculação temporária para investirmos na segurança pública. Essa questão da garantia de financiamento para combater a criminalidade é essencial — defendeu Renan.

Uma sugestão dos secretários para reduzir custos é que videoconferências se transformem em regra para interrogatórios dos réus e para ouvir testemunhas e peritos.

Outra solicitação é a de que o tempo máximo de internação no regime disciplinar diferenciado (RDD) passe de 16% para 33% da pena.

Os secretários ainda querem a instalação de sistema de bloqueio de celular em todas as novas unidades prisionais.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) lembrou que o Plenário deve votar até amanhã mudança na natureza dos recursos especial e extraordinário, o que diminuiria as chances de criminosos perigosos ficarem soltos enquanto esperam que instância superior se pronuncie.

Também participaram do encontro os senadores Eduardo Braga (PMDB-AM), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Eunício Oliveira (PMDB-CE), Romero Jucá (PMDB-RR) e Wellington Dias (PT-PI).

Segue para sanção projeto que evita violência de pais ou responsáveis. Cursos e orientação psicológica estão entre os procedimentos a serem indicados pelo conselho tutelar

Senado aprova lei contra maus-tratos a crianças

VOTAÇÕES EM PLENÁRIO O PLENÁRIO APROVOU ontem projeto que protege crianças de maus-tratos. O texto (PLC 58/2014), que ontem mesmo havia sido aprovado na Comissão de Direitos Humanos (CDH), segue para sanção.

A apresentadora Xuxa Meneghel, a ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, a ministra do Turismo, Marta Suplicy, e a ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, acompanharam a votação.

O projeto vinha sendo chamada de Lei da Palmada e foi rebatizado para Lei Menino Bernardo, em homenagem ao garoto gaúcho Bernardo Boldrini, de 11 anos, cujo corpo foi encontrado em abril, enterrado às margens de uma estrada em Frederico Westphalen (RS). O pai e a madrasta são suspeitos de participarem da morte do garoto.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, destacou que 4 de junho é o Dia Internacional das Crianças Vítimas de Agressão. Para ele, o texto poderá ajudar na harmonização da relação de pais e filhos. Mais cedo, em visita a Renan, Xuxa havia pedido que as crianças sejam educadas sem violência.

— A pessoa que deu uma palmada vai ser presa? Não! Nós queremos mostrar que as pessoas podem e devem ensinar uma criança sem usar violência. É só isso que estamos pedindo. É isto que a lei faz: que a criança seja vista com os mesmos direitos que nós,



Com a presença da apresentadora Xuxa e da ministra de Direitos Humanos, Maria do Rosário, senadores comemoram a aprovação posando para foto em Plenário

adultos — disse Xuxa.

Para Ana Rita (PT-ES), relatora da proposta na CDH, a razão primordial do projeto é proteger crianças e adolescentes do tratamento degradante. Segundo ela, o projeto não busca penalizar, mas sim encaminhar os pais, quando for o caso, a cumprirem determinados procedimentos, como cursos ou orientação psicológica. Dependendo da situação, disse, o conselho tutelar poderá acionar a polícia. A senadora reconheceu que o projeto é polêmico e lembrou que o ato de bater é cultural, mas precisa ser enfrentado.

— Essa lei contribui para que tenhamos cidadãos mais preparados para o futuro. Se queremos uma sociedade

melhor e de paz, precisamos formar essa nova geração com novos princípios e valores, com cidadãos mais tolerantes e que suportem melhor uns aos outros — afirmou.

Para Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), o projeto tem inspiração científica: dados do Brasil apontam 130 mil casos de violação de direitos humanos de crianças só em 2012. Mário Couto (PSDB-PA) disse que a aprovação do texto é um passo à frente e cobrou uma gestão mais eficiente para cuidar das crianças carentes.

Lídice da Mata (PSB-BA) pediu uma nova cultura na educação de filhos, sem violência física ou psíquica. Eduardo Suplicy (PT-SP), Cristovam Buarque (PDT-DF), Rodrigo

Rolleberg (PSB-DF) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) também elogiaram o texto. Para Humberto Costa (PT-PE), a lei é necessária para mudar a mentalidade do uso da violência na educação.

— Vamos avançar. Queremos construir uma sociedade em que todos tenham direitos e que esses direitos sejam praticados desde muito cedo.

Críticas

De acordo com Magno Malta (PR-ES), cerca de 80% do projeto já está contemplado no Estatuto da Criança e do Adolescente. Ele criticou a subjetividade do texto e pediu clareza para separar “educação de filhos” da “violência”. Malta lembrou que uma de suas batalhas de vida é

lutar contra a pedofilia e pela recuperação de dependentes químicos, o que lhe daria legitimidade para tratar do assunto. Ele leu um artigo do jornalista Ricardo Kostcho, com críticas à Lei Menino Bernardo. Segundo o artigo, o uso da palmada vem diminuindo, mas nem por isso a violência deixou de crescer.

Malta afirmou que a Justiça precisa agir em, no máximo, 24 horas para evitar que agressores escapem. Ele reclamou que o texto do projeto “dormiu quatro anos na Câmara”, mas não foi debatido de forma profunda no Senado. Ele registrou que teve apenas “uma hora” para examinar o texto.

— O que o Senado está fazendo é um crime contra ele mesmo — declarou.

Poder público fará conscientização

O projeto prevê que União, estados, Distrito Federal e municípios deverão atuar em conjunto na organização de políticas públicas e campanhas de conscientização sobre o tema.

O texto define castigo como a “ação de natureza disciplinar ou punitiva com o uso da força física que resulte em sofrimento físico ou lesão à criança ou ao adolescente”. O tratamento cruel ou degradante é definido como

“conduta ou forma cruel de tratamento que humilhe, ameace gravemente ou ridicularize a criança ou o adolescente”.

Segundo a proposta, pais ou responsáveis que usarem castigo físico ou tratamento cruel e degradante ficam sujeitos a advertência, encaminhamento para tratamento psicológico e cursos de orientação, independentemente de outras sanções. As medidas serão aplicadas pelo conselho tutelar.

Xuxa: “Violência não é necessária”

Logo após a aprovação, Xuxa comemorou a decisão dos senadores.

— A gente conseguiu. É um dia muito importante. A mudança de pensamento é uma coisa que vai demorar, essa é uma lei para proteger as crianças contra a violência. Estou muito mais que feliz.

Rodeada por dezenas de jornalistas e fãs, a apresentadora lembrou que defende a proposta desde 2007, acrescentando que a principal conquista da

lei será as pessoas passarem a entender que a violência não é necessária na educação de crianças e adolescentes.

— Ninguém vai ser preso por dar uma palmada, mas quem sabe um dia essas pessoas entendam que nem essa palmada é necessária. Vão entender que se pode educar sem violência. Quem sou eu para dizer como se deve educar um filho, mas eu sei que a violência não deve ser usada — afirmou Xuxa.

Senadores destacam benefícios da medida para a sociedade

Durante a votação e depois da aprovação, senadores ressaltaram os benefícios da lei.

Cristovam afirmou que o projeto não representa uma intervenção na família, pois a criação de menores é tarefa que envolve toda a sociedade.

— A lei criminaliza sem subjetividade a lesão, a humilhação e o sofrimento, três características objetivas e visíveis quando ocorrem.

Suplicy saudou a presidente Dilma Rousseff pelo projeto.

Para Valadares, a proposta é um adendo à Constituição, que já traz medidas de proteção.

— A lei procura tirar dúvidas, preencher lacunas e dizer: criança no Brasil é prioridade.

Humberto orientou a bancada do PT a votar a favor do projeto por ser adequado para o seu tempo e porque o Brasil está preparado para isso. De acordo com ele, assim como a violência doméstica — antes ignorada pela coletividade sob o discurso de que “em briga de

marido e mulher não se mete a colher” — já chegou o momento em que o Brasil também já não suporta a violência que se pratica contra as crianças.

— Essa lei vai levar as pessoas a educar jovens a serem cidadãos responsáveis com novos métodos. Mais do que punição, o projeto dá oportunidades.

Lídice ressaltou que o projeto não criminaliza a conduta dos pais, mas os encaminha para tratamentos ou programa de orientação, se necessário. Para

ela, o Estado tem, sim, o direito de intervir nas famílias, adotando normas de convivência.

— Nenhum pai que dá uma palmadinha numa criança causa lesões nela. Mas a agressão às crianças e adolescentes precisa ser vista como uma prática negativa para a sociedade.

A senadora destacou que inúmeros estudos demonstram que pessoas submetidas a castigos físicos transformam-se em indivíduos violentos, com transtornos psicoafetivos.

Randolfe informou que, em 2012, o número de ligações ao Disque 100 (Disque Direitos Humanos) cresceu 58% em relação ao ano anterior. Para ele, o fato de a maior parte dos casos de violência contra crianças e adolescentes ter sido cometida por familiares torna urgente a necessidade da aprovação das mudanças.

Couto afirmou que as mudanças são importantes para a evolução da proteção das crianças brasileiras.

Médicos dos estabelecimentos de saúde estão em greve desde o mês passado; em audiência, debatedores disseram que salário de profissionais está defasado

No Rio, falta de verba põe hospital federal em crise

A SITUAÇÃO DOS hospitais federais do Rio de Janeiro é crítica e eles precisam de mudanças na gestão dos profissionais e dos recursos. Essa foi a conclusão da audiência pública em que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisou a crise que levou à greve dos servidores, inclusive médicos, iniciada mês passado.

No encontro, o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) enumerou circunstâncias que agravam a crise dos seis hospitais federais localizados no Rio: a violência na cidade (que gera 100 mil casos de lesões corporais dolosas por ano), a falta de diálogo entre o governo estadual e os profissionais da saúde, a falta de investimentos na área e a defasagem dos salários de médicos.

Na pauta das reivindicações, os médicos federais pedem melhores condições de trabalho e a redução da jornada para 30 horas semanais. Também querem revisão do plano de carreira e de salários.

Na audiência, o presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro, Sidnei Ferreira, disse haver 8 mil pessoas aguardando cirurgia na Região Metropolitana do Rio. Outras dificuldades são a falta de medicamentos e de leitos nas emergências — o que gera um tratamento médico insatisfatório e que prolonga a permanência de 30% dos pacientes além do tempo necessário se tivessem sido bem cuidados desde o início da internação.

Ferreira lamentou que leitos e salas cirúrgicas estejam sendo fechadas:

— Diariamente 200 pacientes

Instituição privada conveniada recebe mais verba do SUS que pública

Segundo dados compilados pelo diretor de Assuntos Parlamentares da Associação Médica Brasileira (AMB), José Luiz Mestrinho, o Brasil investe 8,4% do PIB em saúde, sendo 55% em hospitais privados conveniados ao SUS e 45% em hospitais públicos. A maioria dos brasileiros, 150 milhões, depende do SUS. Sobre os salários dos profissionais,



Participaram da audiência José Luiz Dantas Mestrinho, Sidnei Ferreira, Ruy Fernando Cavalheiro, senador Waldemir Moka, Jorge Darze e Fausto Pereira dos Santos

correm o risco de morrer em decorrência de falta de leitos ou de tratamento adequado.

Carreira

De acordo com Sidnei Ferreira, os médicos estão mantendo os hospitais abertos mesmo recebendo vencimento inferior ao de todos os outros servidores federais. Por um erro no plano de carreira, o salário deles teria sido reduzido dois anos atrás. Com isso, alguns ganham apenas R\$ 1,6 mil para trabalhar 20 horas nos hospitais federais.

Jorge Darze, representante da Federação Nacional dos Médicos (Fenam), mostrou contracheques que revelam “uma política discriminatória” contra os médicos, que recebem gratificações menores que os enfermeiros que os auxiliam.

— Ganhamos menos do que qualquer outro profissional de nível superior na administração pública federal. Muitos já desistiram do concurso.

Mestrinho apontou casos como o da Bahia, onde o salário de um médico chega a ser de R\$ 800 pela jornada de 20 horas.

Além dos hospitais universitários (agora abarcados pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares), há seis hospitais federais no Rio, três no Rio Grande do Sul e três institutos, como o Instituto Nacional de Câncer (Inca).

Para Davim, greve de médicos é legítima

Jorge Darze, da Federação Nacional dos Médicos (Fenam), minimizou a atual paralisação dos profissionais frente à posição do poder público sobre o caos da saúde.

— Pior que a greve do trabalhador é a greve do poder público. Quando morre um cidadão em decorrência do caos da saúde pública, ninguém responde criminalmente por isso. Não é possível aceitar a decisão de criminalizar uma greve de médicos e, ao mesmo tempo, deixar passar os problemas de gestão que levam cidadãos à morte — comparou.

O senador Paulo Davim (PV-RN), que também é médico, disse que os médicos servidores são submetidos a uma carga de estresse além do suportável, lugares insalubres e dificuldades de toda ordem. Ele advertiu que tem aumentado o índice de tentativas de suicídio entre os profissionais de saúde. Davim reclamou da posição do Ministério Público ao pedir a inconstitucionalidade do movimento grevista.

— Mesmo o movimento tendo uma pauta absolutamente legítima, o Ministério Público conseguiu uma limi-

nar na Justiça para acabar com a greve quando deveria contribuir para o diálogo, mais do que propriamente exercer a autoridade institucional — criticou.

Em resposta, o procurador do Trabalho Ruy Fernando Cavalheiro disse que a atuação do Ministério Público contra a greve se dá para resguardar o direito da população de ser atendida num serviço essencial.

— Mas, sempre que é possível a solução amigável, esse é o caminho tomado. A mediação é um ponto constante do MP nos conflitos — afirmou.

Ministério aponta falhas na articulação

Na audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais, foram feitas críticas à recém-criada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. Na opinião de Jorge Darze, da Federação Nacional dos Médicos (Fenam), é um instrumento de terceirização da responsabilidade pela saúde.

— A crise dos hospitais federais do Rio não é só deles, mas também dos hospitais universitários. A expectativa é a entrega dessas unidades para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, que pode se tornar a grande gestora das unidades estaduais e municipais.

Segundo Darze, “o que está

embutido no projeto é levar os hospitais à asfixia e só restar entregá-los à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, cuja lei de criação está tendo a constitucionalidade questionada no Supremo”.

Fausto Pereira dos Santos, secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, garantiu que a ideia não é essa. Ele lembrou que é uma empresa pública, 100% ligada ao SUS.

Pereira dos Santos fez um apelo à população para que pressione para que o papel de cada hospital no sistema de atendimento do Rio seja mais bem definido pelo estado e pelo município. A

falta de integração entre as três esferas (federal, estadual e municipal), segundo ele, compromete a gestão das instituições.

— Praticamente todos os hospitais federais foram repassados à gestão de estados e municípios nos anos 80 e 90, menos os do Rio, pelas particularidades da rede, pelo fato de ser ex-capital nacional. Mas o ambiente político é bastante complexo no Rio, onde o SUS não se articulou totalmente entre os três entes. A unidade do sistema, que foi atingida em outras metrópoles, ainda não se fez no Rio.

O debate foi presidido por Waldemir Moka (PMDB-MS).

Jayne pede regras rígidas para planos de saúde

O senador Jayme Campos (DEM-MT) cobrou um regulamento mais rígido para os planos coletivos de saúde para deter os abusos das operadoras. Ele citou reportagem exibida no programa

Fantástico, da TV Globo, que denunciou reajustes abusivos e cancelamentos unilaterais de contratos nos planos de saúde, e advertiu que as operadoras têm dado ênfase à oferta de planos coletivos por

terem regras mais flexíveis.

Jayne também citou os aumentos expressivos nos preços dos planos, que subiram acima da inflação dos últimos 20 anos. Ele pediu apoio às propostas que impõem regras

mais rigorosas para o setor.

— Trata-se de questão relevante que afeta amplamente mais de 50 milhões de brasileiros usuários do sistema de saúde suplementar — afirmou o senador.



Indicação para ANS vai ao Plenário com urgência

Funcionária de carreira da Agência Nacional de Saúde Suplementar desde 2005, a médica Martha Regina de Oliveira teve a indicação para diretora do órgão aprovada ontem em comissão e sem votos contrários

POR UNANIMIDADE, A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem a indicação de Martha Regina de Oliveira para exercer o cargo de diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Foram 15 votos favoráveis e nenhuma abstenção ou voto contrário. A indicação, apresentada pela Presidência da República, segue para o Plenário com pedido para que seja votada em regime de urgência, conforme requerimento aprovado na comissão.

O relatório da senadora Ana Rita (PT-ES) foi lido em reunião da CAS do dia 28 de maio. A senadora considera que a indicada preenche todos os requisitos para ocupar o cargo. Segundo a relatora, o currículo da indicada “reflete sua trajetória profissional e acadêmica, ampla e diversificada, além da sua longa dedicação na área da saúde suplementar”.

Martha de Oliveira é médica pediatra formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e também estudiosa da saúde dos idosos. Ela é servidora concursada da ANS desde 2005,



Martha Regina disse, na sabatina, que é preciso rever remuneração dos planos

fez mestrado e é doutoranda. Martha afirmou, durante a sabatina, que é necessário rever o atual modelo de remuneração dos planos de saúde. A indicada deu a declaração em resposta a indagações de senadores sobre caminhos para garantir o pleno atendimento de idosos e, ao mesmo tempo, assegurar a valorização dos médicos.

Procedimentos

Martha de Oliveira disse que não estão descartadas revisões em prazos mais curtos da lista dos procedimentos de saúde que devem ter cobertura obrigatória pelos planos no Rol de Procedimentos e Eventos em

Saúde. A relação determina a cobertura mínima dos planos privados contratados a partir de 1º de janeiro de 1999. A agência adotou recentemente a prática de revisar a lista a cada dois anos. Desde 1999, o rol já sofreu seis revisões.

— É uma tabela hoje bastante atual. Dois anos é um tempo razoável para maturação do uso de um procedimento no país — disse a médica, afirmando, no entanto, que não estão descartadas revisões em prazos mais curtos.

Ela falou em resposta à senadora Ana Amélia (PP-RS), que indagou a indicada sobre a necessidade de ampliar a lista dos procedimentos.

Aprovada isenção para compras públicas de equipamento hospitalar



José Cruz/Agência Senado

As compras de equipamentos hospitalares e medicamentos feitas pelo poder público podem ficar isentas de tributos. A medida consta do PLS 279/2013, do senador Cícero Lucena (PSDB-PB), aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Pela proposta, os itens serão isentos do PIS-Pasep e da Cofins. O texto vai a votação final na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Para a relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), embora já exista no ordenamento brasileiro tributação diferenciada para os medicamentos em relação ao PIS-Pasep e à Cofins, a proposta deve contribuir para reduzir a carga tributária sobre o segmento farmacêutico.

— É um projeto meritório que vai contribuir muito com o poder público, visto que são aquisições para uso em unidades públicas de saúde e isso poderá melhorar o atendimento para a população — avaliou a senadora.

Votação de texto que libera venda de inibidor de apetite é adiada



Waldemir Barreto/Agência Senado

A análise do projeto que suspende a resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que, em 2011, proibiu o uso de inibidores de apetite (PDS 52/2014) foi adiada por pedido de vista coletiva. O texto deve retornar à pauta na próxima reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A proposta é defendida pela maioria dos senadores, mas a base governista pediu mais tempo para analisá-la. O projeto, já aprovado pela Câmara, é do deputado Beto Albuquerque (PSB-RS) e recebeu relatório favorável da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). Para ela, a Anvisa errou ao fazer um decreto sem ouvir os médicos.

— A comunidade científica entende que a proibição não pode prejudicar o tratamento dos que têm obesidade mórbida.

Vários parlamentares lembraram que os inibidores de apetite são as únicas opções de pessoas que não podem esperar por uma cirurgia bariátrica.

Má gestão deixou SUS em situação caótica em Roraima, diz Ângela



Ângela Portela/Agência Senado

Chico Rodrigues decretou situação de emergência no setor e criou um gabinete para gerir a crise.

A senadora informou que os jornais do estado relatam caos nos hospitais da capital, como o Hospital Geral de Roraima, o maior de Boa Vista, que está superlotado. Segundo Ângela, por falta de vagas na UTI, foi preciso desalojar pacientes de uma ala para alojar pacientes entubados.

Em Caracará, a situação também é grave, disse a senadora. Ela lembrou que na cidade há apenas um hospital, que tem falta de medicamentos.

— A incompetência, a má gestão dos recursos públicos para o setor não vitima gestores de saúde pública, mas a população mais carente, mais humilde. Essa, sim, padece dia e noite em busca de atendimento nas emergências e nas filas de hospitais.

Comissão acata política para proteger direitos dos albinos

Projeto de lei que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Albinismo foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ontem. Na semana passada, a comissão já havia acatado a proposta em primeiro turno. Como não houve emendas, não foi necessária nova votação da proposta.

Agora, se não houver recurso para votação no Plenário, o texto seguirá diretamente para a Câmara dos Deputados.

Pelo projeto aprovado, entre as ações da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Albinismo, deverão estar a elaboração e a implantação de um cadastro nacional, a estruturação da linha de cuidados e o estímulo à prática do autocuidado, e a formação e a capacitação de trabalhadores, no âmbito do

SUS, para cuidar de pessoas com albinismo.

Se a proposta for transformada em lei, será assegurado aos albinos o acesso ao atendimento dermatológico — inclusive ao protetor solar e a medicamentos essenciais —, a tratamento não farmacológico, a terapia fotodinâmica e a crioterapia (tratamento com uso de temperatura baixa).

O projeto aprovado é um substitutivo ao PLS 250/2012, de Eduardo Amorim (PSC-SE). O texto original determinava a distribuição gratuita de protetores solares pelo SUS aos albinos, especialmente suscetíveis à radiação solar e ao câncer de pele.

O relator do projeto, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), ampliou o objetivo da proposta. O relatório foi lido ontem por Ana Amélia (PP-RS).



Reprodução/Blog Albinos do Meu Brasil

Registro do Blog Albinos do Meu Brasil: projeto de Amorim foi ampliado

Plenário avalia prioridade para mulheres na luta contra pobreza

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) manteve ontem preferência para as mulheres nos projetos de enfrentamento da pobreza, prevista no PLS 44/2012. O colegiado seguiu o mesmo entendimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), que em abril rejeitou substitutivo encaminhado pela Câmara dos Deputados que eliminava a prioridade. O texto segue agora com urgência para o Plenário.

O projeto altera a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742/1993) e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (Lei 12.512/2011) para que os benefícios monetários sejam pagos preferencialmente à mulher responsável pela unidade familiar.

— Na maioria dos casos, a administração da família cabe à mulher. Por isso, os programas sociais do governo que são voltados às famílias mais carentes, se feitos preferencialmente através da mulher, da mãe, da esposa, terão sem dúvida nenhuma um resultado melhor — disse o autor da proposta, senador Paulo Bauer (PSDB-SC).

Os deputados temiam que a proposta pudesse ser in-

terpretada como restritiva ao pagamento de benefícios aos chefes de família. No Senado, o relator do projeto na CAS, Casildo Maldaner (PMDB-SC), considerou a preocupação improcedente, uma vez que o projeto prevê que, “quando cabível”, a lei admitirá hipóteses de pagamento do benefício ao homem, e não à mulher.

— O projeto determina que [o benefício] seja preferencialmente destinado à mulher. A ideia é valorizar a mulher — afirmou Casildo.

Os deputados concordaram que as mulheres tenham prioridade no recebimento de benefícios do Sistema Único de Assistência Social e nos previstos no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, como consta no projeto.



José Cruz/Agência Senado

Bauer argumenta que, em geral, é a mulher que responde pela família

Gerardo Magalhães/Agência Senado



Autor do substitutivo ao PLC 90/2013, Inácio Arruda conversa com Mozarildo Cavalcanti na sessão de ontem da CCJ

Senado aprova a Política Nacional de Cultura Viva

Projeto transforma iniciativa em implementação pelo Ministério da Cultura desde 2005 em política de Estado. Modificada por substitutivo no Senado, proposta volta para a Câmara dos Deputados



O SENADO APROVOU ontem o substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 90/2013, que institui a Política Nacional de Cultura Viva. O texto original, de autoria da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), transforma em política de Estado programa desenvolvido pelo Ministério da Cultura desde 2005.

O programa promove a produção e a difusão da cultura, além do acesso aos direitos culturais dos diferentes núcleos comunitários de cultura. A iniciativa é viabilizada por meio dos chamados pontos de cultura, entidades não governamentais sem fins lucrativos que desenvolvem ações culturais continuadas na comunidade.

Compreende ainda os pontos de cultura, espaços culturais ou redes regionais e temáticas que articulam os pontos de cultura. A proposta permite a parceria entre ambos com escolas de ensino fundamental e médio de todo o país, para a divulgação de suas ações e bens culturais.

Substitutivo

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou, também ontem, substitutivo do senador Inácio Arruda

(PCdoB-CE) que levou em conta emenda apresentada pelo senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e sugestões repassadas pelo Ministério da Cultura. A emenda de Ferraço limita a três anos a renovação de projetos aprovados dos pontos e pontos de cultura. A intenção é permitir maior segurança e comprometimento das entidades que utilizarão dinheiro público para realização de suas atividades.

Entre as recomendações ministeriais incluídas no PLC 90/2013, estão a definição das comunidades e grupos com reduzido acesso à cultura como beneficiários prioritários dessa política; a permissão para que grupos e coletivos informais também concorram a prêmios por iniciativas culturais; e a previsão de seleção de pontos e pontos de cultura por edital público.

O relator afirmou ainda que o projeto é compatível com a Constituição, que diz que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional.

Na tribuna, Inácio também ressaltou a quantidade de artistas populares que participam dos pontos de cultura no país.

O projeto tramitou em re-

gime de urgência no Senado.

Em Plenário, o senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) apresentou parecer conjunto sobre o projeto e as emendas em substituição às Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Educação, Cultura e Esporte (CE). Para ele o projeto é compatível com a Constituição, que determina ao Estado garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o pleno acesso às fontes da cultura nacional.

O senador também destacou o estímulo ao protagonismo social na elaboração e gestão das políticas culturais e sua gestão compartilhada e participativa, além do sucesso do programa.

— Ao se tornar política pública, facilita a relação do Estado com essa enorme e belíssima diversidade cultural que temos em nosso país que, sem dúvida, é uma das nossas maiores riquezas — disse Rollemberg.

A tramitação do projeto foi acompanhada no Senado pela ministra da Cultura, Marta Suplicy, e pela secretária de Cidadania e Diversidade Cultural do ministério, Márcia Rollemberg.

Aprovado sem emendas, o substitutivo agora retorna para análise da Câmara dos Deputados.

Vanessa homenageia Almino Affonso por livro sobre 1964

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) homenageou o ex-deputado federal Almino Affonso, que, na terça-feira, lançou no Senado o livro *1964 na Visão do Ministro do Trabalho de João Goulart*.

Segundo a senadora, o livro é um testemunho sobre os fatos que levaram ao golpe militar, alguns que jamais haviam sido contados e outros que haviam sido esquecidos ou subestimados em sua importância.

— É com alegria que leio este livro porque ele mostra como, na época, pessoas, com

muito afinho e amor, lutavam a favor dos humildes. As condições de trabalho hoje no Brasil são muito diferentes do que eram quatro décadas atrás, quando os trabalhadores, principalmente os do campo, tinham seus direitos suprimidos, não respeitados. E como eles lutaram — afirmou a senadora.

Vanessa lembrou que o ex-ministro de João Goulart foi incluído na primeira lista de cassações promovidas pelos militares. Por isso, exilou-se e somente voltou ao Brasil em agosto de 1976.

Lúcia Vânia comemora aprovação de cartão para material escolar

Lúcia Vânia (PSDB-GO) comemorou ontem a aprovação, na Comissão de Educação e Cultura (CE), do projeto dela que permite aos beneficiários do Programa Bolsa Família receber cartão magnético para comprar material escolar (PLS 122/2013). Ela disse que, com a aprovação da proposta, o país lançará as bases para que as famílias possam desfrutar os benefícios da educação na erradicação da pobreza.

— O projeto vem ao en-

contro da necessidade de aprimorarmos a rede de atendimento social que o Brasil vem estabelecendo desde a década de 90.

A senadora explicou que o limite de recursos poderá variar de acordo com as etapas da educação básica, modalidades de ensino e custo médio estimado do material escolar em cada estado. Segundo ela, a medida permitirá que o programa tenha forte aderência às necessidades de cada etapa do ensino.

Humberto Costa lamenta resistência a decreto federal

O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), criticou a resistência de partidos da oposição ao Decreto 8.243/2014, editado pela presidente Dilma Rousseff, que institui a Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social.

Ele explicou que o decreto regulamenta a participação popular nas decisões do país, ou seja, a democracia representativa.

— É uma decisão legal tomada pela presidenta que sinaliza o direito à informação,



Waldemir Baretto/Agência Senado

à transparência e ao controle social das ações públicas, a valorização da educação para a cidadania ativa, a autonomia, o livre funcionamento e a independência das organizações da sociedade civil, bem como a ampliação dos mecanismos de controle social — disse o senador.

Ana Amélia elogia flexibilização do horário de A Voz do Brasil



Moreira Mariz/Agência Senado

Ana Amélia apoia campanha pela flexibilização permanente

Ana Amélia (PP-RS) parabenizou a presidente Dilma Rousseff pela decisão de, por medida provisória (MP 648/2014), autorizar a flexibilização do horário de transmissão do programa *A Voz do Brasil* em alguns dias dos meses de junho e julho. O objetivo é permitir a transmissão de 27 dos 64 jogos da Copa do Mundo que têm horário de

término previsto para as 20h.

— A decisão da presidente é democrática e dá autonomia aos meios de comunicação para trabalhar as necessidades dos seus ouvintes. É uma forma de respeitar as especificidades locais e regionais e respeitar os brasileiros torcedores — elogiou, na tribuna do Plenário.

Ana Amélia disse que a ini-

ciativa, embora importante, ainda é tímida. A senadora apoia a campanha intitulada *A Voz que eu Quero Ouvir*, que visa flexibilizar permanentemente os horários do programa.

— Eu entendo que, na Amazônia, a *A Voz do Brasil* possa ter uma força diferente do que em regiões metropolitanas ao Sul. Nas grandes cidades, no

horário em que as pessoas estão deixando o trabalho, como em Brasília, é necessário ter informações pelo rádio, por exemplo, sobre o trânsito, ou acidentes — argumentou a senadora.

Ana Amélia disse que o Brasil tem 9 mil emissoras que retransmitem o programa produzido pela Empresa Brasil de Comunicação.

Projeto, que irá para a sanção presidencial se não houver recurso para votação no Plenário, permite que se neguem recursos inadequados

Aprovada proposta que acelera processos da Justiça do Trabalho

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, por unanimidade, o projeto de lei que modifica os recursos da Justiça trabalhista (PLC 63/2013). A proposta, do deputado Valtenir Pereira (Pros-MT), dá mais rapidez à tramitação dos processos.

Se não houver recurso para votação no Plenário do Senado, o projeto irá para a sanção presidencial.

Segundo a proposta, o ministro-relator do processo trabalhista poderá negar seguimento ao recurso de embargos caso ele seja inadequado.

— É uma matéria a favor do trabalhador e da agilidade da Justiça — disse o relator, Romero Jucá (PMDB-RR).

A proposta obriga os tribunais regionais do Trabalho (TRTs) a uniformizarem a



Na CCJ, o relator, Jucá (à esq., ao lado de Cássio e Aécio), disse que o projeto evita o congestionamento da Justiça trabalhista

jurisprudência e a aplicarem o mecanismo de resolução de demandas repetitivas. Com isso, divergências entre turmas poderão ser uniformizadas no próprio TRT e sem prejuízo da uniformização da jurisprudência nacional,

que continuará a cargo do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Além disso, será permitida a concessão de efeito modificativo aos embargos só quando a omissão do acórdão recorrido for suficiente, por

si só, para ensejar a reforma.

— O projeto majora os poderes do relator, evitando que apelos manifestamente inadmissíveis congestionem a pauta de julgamento de tão assoberbado tribunal — argumentou Jucá.

Projeto assegura espaço digno para domésticos

Para evitar que sejam muito pequenos e sem ventilação o quarto e o banheiro destinados a trabalhadores domésticos, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem projeto para estabelecer condições dignas de acessibilidade, utilização e conforto. O projeto (PLS 212/2008) modifica o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) e segue agora para a Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR).

O projeto foi apresentado por Cristovam Buarque (PDT-DF) e recebeu voto favorável, com emenda, da relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO). Na justificativa, Cristovam observa que a falta de regulamentação sobre a questão tem levado à redução dos espaços habitacionais, tornando-os “inóspitos e até ofensivos à condição humana, especialmente em relação às dependências destinadas a trabalhadores

e trabalhadoras domésticas”.

No texto original, o autor pretendia modificar a lei de modo a especificar a necessidade de requisitos mínimos para quarto e banheiro destinados a esses trabalhadores. A relatora, no entanto, apresentou emenda ampliando a medida para todos os cômodos da edificação urbana, que devem seguir “requisitos mínimos de dimensionamento, ventilação, iluminação, ergonomia,

privacidade e qualidade dos materiais empregados”.

Após a aprovação, José Pimentel (PT-CE) destacou a pertinência do projeto.

— Se observarmos o cômodo destinado à trabalhadora doméstica, é o pior espaço de um prédio, apartamento ou residência. Com o reconhecimento dos direitos aos trabalhadores domésticos [com a PEC das Domésticas], esse é mais um passo — comemorou.

Transmissão do direito de bancas e quiosques passa em comissão

Donos de quiosque, trailer, banca de feira e de jornais e revistas poderão transmitir a parentes a utilização da área pública no caso de morte ou enfermidade. É o que determina projeto (PLS 137/2013) aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Como se trata de um substitutivo, haverá votação em turno suplementar antes de o projeto ir para a Câmara.

O texto original, de Gim (PTB-DF), assegura a transferência no caso de o titular morrer ou adoecer de forma que não consiga gerir os próprios atos. Terão prioridade o cônjuge ou companheiro, em seguida os descendentes e, por fim, os ascendentes.

O relator, Vital do Rêgo (PMDB-PB), lembrou que a proposta tem a mesma lógica da Lei 12.865/2013, que deu direito semelhante aos familiares de taxistas. O substitutivo que ele apresen-

tou cria normas gerais sobre ocupação e utilização de área pública urbana. Essas normas compreendem a transmissão do direito, a extinção e a gestão democrática.

— O projeto é uma justiça com os mais humildes. Fazer lei para rico é fácil, mas para os mais necessitados é uma luta — disse Gim, ao comemorar a aprovação.

Humberto Costa (PT-PE) foi o único voto contrário. Segundo ele, não se deve instituir o regime de hereditariedade.



Proposta de Gim tem mesma lógica de direito assegurado aos taxistas

Avança texto que altera número de folgas de pilotos de avião

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou em primeiro turno o projeto substitutivo de Paulo Paim (PT-RS) ao PLS 434/2011, que disciplina a profissão de aeronauta (pilotos, copilotos, comissários e mecânicos de voo) e regula a jornada de trabalho. O texto será submetido a segundo turno na próxima reunião da CAS e poderá receber emendas.

Pelo texto, o número de folgas mensais sobe para 12. Atualmente, segundo a lei que regulamenta a profissão (Lei 7.183/1984), esses trabalhadores têm no mínimo 8 dias de repouso remunerado por mês. Nos meses de janeiro, fevereiro, julho e dezembro, considerados alta temporada, será permitido que o número de folgas mensais caia para dez, conforme o texto aprovado.

Segundo o relator, Paim, verifica-se uma distorção entre a quantidade de folgas dos aeronautas e dos trabalhado-

res da maioria das categorias. Os trabalhadores de outras categorias têm em média 119 folgas por ano, das quais 102 folgas em finais de semana, acrescidas de 17 nos feriados. Os aeronautas gozam apenas 96 folgas anuais.

— Nossa principal preocupação é com a segurança do voo. Recentemente, em um fórum internacional, dados apresentados por uma empresa aérea brasileira demonstraram que 78% dos erros cometidos por pilotos estão diretamente relacionados à fadiga — afirmou Paim.

O senador observou que a lei atual está defasada. Há 30 anos, por exemplo, não havia voos noturnos. Pilotos chegam a voar, hoje, três madrugadas consecutivas.

O projeto original é do senador licenciado Blairo Maggi (PR-MT). A votação foi acompanhada por entidades de representação da categoria.

Gleisi: IBGE mostra que governo não quis esconder desemprego

Após registrar que a pesquisa Pnad Contínua do IBGE indicou queda no desemprego no primeiro trimestre em relação ao mesmo período de 2013, Gleisi Hoffmann (PT-PR) questionou a tese levantada há dois meses pela imprensa de que o governo queria impedir a divulgação da pesquisa para encobrir um possível aumento do desemprego.

— Vou esperar com muita paciência os jornais voltarem a abordar a pesquisa do IBGE e responderem a essa indagação que está no Twitter: o desemprego caiu, segundo o IBGE. E agora, como fica a tese de que o governo quis adiar a divulgação? É importante restabelecer a verdade — afirmou a senadora.



Senadora registra queda no desemprego, segundo o IBGE

Paim elogia Senado na votação da jornada dos motoristas

Paulo Paim (PT-RS) destacou o empenho do Senado para tornar mais favorável aos trabalhadores o projeto de lei, aprovado na terça-feira, que regulamenta a carga horária dos motoristas.

Paim disse que o texto recebido da Câmara estava “muito ruim” e que somente com a “resistência” dos senadores foi restaurada a proposta de uma jornada de oito horas diárias, com até duas horas extras.

O senador gaúcho ressaltou que a lei não vai aumentar a carga horária dos motoristas.

— Se aquela lei fosse aprovada como veio da Câmara, nós íamos ter uma jornada do motorista de 12 horas. Foi o Senado, com um debate franco e aberto, que mudou vários artigos do projeto da Câmara — ressaltou.



Para Paim, atitude dos senadores restaurou jornada de até 10 horas

Projeto impõe transparência a aumentos de passagens

Aprovada ontem na Comissão de Infraestrutura, proposta explícita na lei o princípio da publicidade de revisões de tarifas do transporte coletivo para que o usuário possa conhecer os critérios utilizados

ESTOPIM DE MANIFESTAÇÕES populares em todo o país em junho do ano passado, o aumento de passagens do transporte público poderá passar a obedecer a critérios de transparência. A medida, prevista no PLC 50/2013, foi aprovada ontem pela Comissão de Infraestrutura (CI). O texto obriga o poder público a permitir o acesso da população aos dados e informações utilizados em análises de revisões tarifárias dos serviços de transporte coletivo. A proposta segue agora para o Plenário.

O projeto tem objetivo de corrigir uma omissão da Lei 12.587/2012, que instituiu a

Política Nacional de Mobilidade Urbana. A norma menciona explicitamente o princípio da publicidade apenas no caso de revisão tarifária extraordinária, não tendo sido citado para os demais reajustes e revisões. A proposta coloca como direito do usuário dos serviços de transporte coletivo saber a fundamentação utilizada pelo poder público para realizar reajustes nas tarifas.

Autor da proposta, o deputado Ivan Valente (PSOL-SP) lembra que a transparência da estrutura tarifária e a publicidade do processo de revisão das tarifas são obrigações que constam na Constituição (ar-

tigo 37, § 3º, inciso II). Ele observa, porém, que grande parte das municipalidades ignora a obrigação de dar publicidade a dados e informações que instruem análises de revisão tarifária, o que provoca nos usuários desconfiança acerca da lisura e da correção técnica da atuação do poder público.

O relator na CI, Inácio Arruda (PCdoB-CE), apresentou parecer favorável e ressaltou que a publicidade é um princípio constitucional que deveria ser automaticamente aplicado pela administração pública.

A aprovação aconteceu apesar do voto em separado apresentado por Acir Gurgacz (PDT-RO), que não estava na reunião. No voto, o senador sugeria que todos os benefícios tarifários, a exemplo das gratuidades, fossem custeados com recursos financeiros específicos estabelecidos em lei e sem onerar a tarifa. Gurgacz classifica as gratuidades como um “problema crônico” e diz que muitos desses benefícios são concedidos a categorias de usuários que não necessitariam de proteção do poder público.



Usuários do transporte público poderão conhecer cálculos para reajustes de tarifas

Comissão discute normas da Anac para aeroportos na Copa

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) realizará uma audiência para debater duas resoluções da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) sobre slots (horários de pouso e decolagem) durante a Copa. A data da audiência, proposta por Vicentinho Alves (SD-TO), ainda será marcada. A Resolução 316/2014 disciplina a alocação de slots nos aeroportos na Copa. A Resolução 317/2014 trata das infrações relacionadas aos horários de pouso e decolagem. Serão convidados representantes da Anac, da Associação Brasileira de Táxi Aéreo e do Sindicato Nacional dos Aeronautas, entre outras entidades.

A CI aprovou também requerimento de Sérgio Petecão (PSD-AC) para que integrantes da comissão façam uma visita à Usina Hidrelétrica de Jirau, em Rondônia. O objetivo é verificar se houve ligação das obras com as enchentes do Rio Madeira no início do ano.

Adiada votação de medida que altera compra de energia

A votação do relatório final da comissão que analisa a MP 641/2014 foi adiada para terça-feira, às 15h. Durante reunião, ontem, houve pedido de vista coletiva. O voto de Vital do Rêgo (PMDB-PB), relator da matéria, é pela aprovação da medida provisória. O senador acolheu 22 das 54 emendas apresentadas.

A MP 641, editada em 24 de março de 2014, altera a Lei de Comercialização de Energia Elétrica (Lei 10.848/2004) e disciplina a contratação do serviço público de distribuição de energia elétrica no país. Ela permite que a energia comprada pela distribuidora para garantir o abastecimento na área sob sua concessão possa ser entregue pela geradora no mesmo ano do contrato e não apenas a partir do ano seguinte.

O primeiro leilão para entrega imediata de energia elétrica aconteceu em maio.

Mário Couto cobra melhorias em rodovia do Pará

Mário Couto (PSDB-PA) lamentou a situação precária da BR-155, que liga Redenção a Marabá, dois dos municípios que mais crescem economicamente no Pará. Ele cobrou providências do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

— Não tem uma estrada que se possa andar neste país. São as famosas estradas assassinas, que matam todos os dias. E o Dnit não toma uma providência, um órgão cheio do dinheiro — reclamou.

O senador cobrou indenização a produtores cujos



Waldemir Barreto/Agência Senado

caminhões foram queimados no distrito de Castelo dos Sonhos, no interior do Pará. Segundo o senador, funcionários do Ibama, sem prova, atearam fogo a dois caminhões por suporem que os veículos seriam carregados com madeiras extraídas de uma reserva indígena. Além dos caminhões, foram queimados um trator e uma motocicleta, de acordo com Couto.

Cidinho Santos elogia MP que aumenta biodiesel no diesel

Cidinho Santos (PR-MT) elogiou ontem a MP 647/2014, que aumentou em 40% a mistura de biodiesel no óleo diesel. Na avaliação dele, a medida reduzirá a poluição e deixará o país menos dependente do combustível importado. O senador disse esperar que a MP seja aprimorada no Congresso e que a adição de biodiesel aumente ainda mais.

Cidinho também registrou o compromisso do Dnit de pavimentar trecho da rodovia BR-174 em Mato Grosso.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para ele, a obra faz justiça à produção agropecuária do estado. Ele ressaltou que a agricultura ocupa apenas 8% do território mato-grossense e, com o devido investimento em infraestrutura, a produção poderia duplicar em dez anos.

— E nesses 8%, o MT é campeão em produção de grãos no país. É o primeiro em soja, em algodão e milho — disse.

Para Casildo, só reforma tributária melhora competitividade do país

Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que só a reforma tributária dará competitividade e eficiência ao Brasil, que, segundo o Fórum Econômico Mundial, está em 124º lugar entre 148 países nesses quesitos. O senador disse que a carga tributária e a burocracia entram o crescimento do país e encarecem a vida das pessoas.

Ele citou dados que revelam que, enquanto no Brasil um empresário gasta 2,6 mil horas para entender a legislação e quitar as obrigações tributárias, no Uruguai gasta 310 ho-



Waldemir Barreto/Agência Senado

ras e, nos Estados Unidos, 175.

— Com a racionalização do sistema, é possível fomentar o crescimento sem impacto nas finanças públicas. Uma reforma tributária possibilitará um novo círculo virtuoso. A desoneração permitirá aumento da produção e do consumo, com geração de emprego e renda. Com isso, eleva-se a arrecadação tributária calculada no volume de operações, em vez da elevada carga.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:

Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Laércio Franzon, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Senadores analisam políticas sustentáveis

Durante audiência pública, parlamentares puderam conhecer experiências do uso de incentivos fiscais para estimular o desenvolvimento sustentável em cidades e estados

EXEMPLOS DE POLÍTICAS tributárias que incentivam o desenvolvimento sustentável foram apresentados à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ontem, durante audiência pública para subsidiar o Grupo de Trabalho sobre Política Tributária e Sustentabilidade, criado no âmbito da comissão. O processo de reciclagem de lixo da Prefeitura de Guarulhos, cidade do interior paulista, e o ICMS Verde, adotado pelo governo do Pará, são algumas das ações que mostram a viabilidade da proposta em discussão no grupo de trabalho.

A experiência de Guarulhos foi detalhada pelo gestor do Departamento de Limpeza Urbana, Jonathas Durães Junior. Ele explicou que a prefeitura trabalhou em três frentes distintas para o programa ter sucesso: a formação de técnicos, a conscientização da população e a escolha de um modelo tecnológico eficiente.

Atualmente, 147 toneladas de resíduos de construção civil são recolhidos para reciclagem por dia, além de 11 toneladas de lixo seco e 1,2 tonelada de lixo domiciliar. O exemplo começou dentro da própria prefeitura e ganhou corpo ao longo dos últimos anos. Hoje, o lixo reciclado é repassado a uma cooperativa, que conta



Responsável por grupo de trabalho que vai estudar o assunto, Rodrigo Rollemberg (C) dirige audiência pública

com 80 cooperados, com uma renda mensal individual média de R\$ 1 mil.

Parte do sucesso do programa se deve à adoção do chamado IPTU verde, em que ganham 5% de desconto no imposto os moradores que fizerem coleta seletiva, construção com material sustentável, captação e reúso de água, entre outras práticas ambientalmente corretas.

Desmatamento

O Pará também apresentou sua experiência positiva: o ICMS ecológico. Parte dos 25% do tributo que obedecem a critérios estaduais de partilha entre os municípios observam hoje variáveis ambientais. Existência de áreas protegidas, redução na taxa de desmata-

mento e adesão ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) são algumas delas.

Segundo o secretário do Programa Municípios Verdes do Pará, Justiniano Netto, dos 144 municípios do estado, 105 participam do programa, criado pelo governo. Um dos resultados é que o Pará tem um dos melhores índices de adesão ao CAR, com 112 mil imóveis e 37 milhões de hectares cadastrados.

— É preciso estimular o desenvolvimento pela ótica do incentivo e não da penalização — afirmou Netto.

Também presente na audiência, o professor da Universidade de Campinas (Unicamp) Bastiaan Philip Reydon reforçou a necessidade de políticas

públicas que levem em conta o meio ambiente a longo prazo.

— A gente usa poucas políticas de incentivo econômicos, deveríamos usar mais. Dentro da reforma tributária temos de trabalhar com impostos extrafiscais — defendeu.

Para Caio Magri, diretor de Operações, Práticas Empresariais e Políticas Públicas do Instituto Ethos, é preciso revisar a política tributária de forma a conseguir um aumento da produtividade, ao mesmo tempo em que se adotam práticas sustentáveis de produção.

Ele anunciou que o Ethos e várias entidades da sociedade civil organizada preparam uma agenda de propostas sustentáveis a serem apresentadas aos candidatos das eleições deste

ano, numa tentativa de que o tema incorpore programas de governo dos futuros chefes do Executivo.

— Este diálogo nas eleições pode trazer projetos concretos para que possamos fazer a transição para um Brasil sustentável — argumentou.

Competitividade

Da audiência também participou André Luis Saraiva, diretor da Área de Responsabilidade Socioambiental da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica. Ele alertou que as políticas ambientais a serem adotadas no país devem levar em consideração o funcionamento do mercado como um todo.

No caso dos eletroeletrônicos, por exemplo, a determinação de que as indústrias recebam de volta os resíduos de produtos para darem o fim correto criou um custo extra à produção. A questão é que as empresas importadoras não são obrigadas a assumir a mesma tarefa, o que barateia produtos e aumenta a concorrência com produtos nacionais.

Responsável por coordenar o grupo de trabalho, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) afirmou que as experiências reveladas na audiência vão servir como base para os estudos a serem feitos.

Debatedores cobram reciclagem industrial

A indústria brasileira está sendo desafiada a buscar inovações tecnológicas para gerar produtos que, após período de vida útil, sejam mais facilmente reciclados, segundo afirmaram especialistas em debate promovido ontem pela Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos.

Com a vigência da Lei 12.305/2010, que instituiu a política nacional do setor, as indústrias são corresponsáveis pela gestão do descarte dos produtos que fabricam. Com isso, passou a ser uma estratégia de eficiência não apenas reduzir a geração de resíduos, mas também ampliar o uso de matéria-prima reciclada e priorizar projetos que permitam reutilização.

Segundo Nestor Yoshikawa, do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), também ganhou importância o desenvolvimento de produtos mais duráveis. Mas a estratégia não depende apenas de mudanças na indústria, exigindo também articulação com consumidores e governo, como observou o secretário de Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, Ney Maranhão.



Cícero Lucena (C) coordena debate: nova consciência para aumentar reúso

— Não é um problema de uma indústria ou de um governo. É de todos os cidadãos.

Hoje, afirmou, os esforços estão focados em tratamento e disposição de resíduos, quando deveriam estar voltados para reduzir a geração de lixo e maximizar a reciclagem.

A opinião foi compartilhada pelo professor Valdir Schalch, da Universidade de São Paulo (USP). Para ele, o fabricante deve transformar rejeito em resíduo reciclável, planejando como serão tratados aqueles que oferecem riscos.

Para o presidente da subcomissão, Cícero Lucena (PSDB-PB), a iniciativa privada desempenha papel

fundamental no processo. Ele destaca, no entanto, o papel do governo de fiscalizar e cobrar o cumprimento da legislação e o dos consumidores, exigindo produtos sustentáveis.

— É uma consciência de mudança desde o conceito de o que vamos gerar de resíduos sólidos, como também de introduzir novas tecnologias de reaproveitamento.

Durante o debate, internautas questionaram sobre o prazo para erradicação de lixões pelos municípios, que termina em agosto. Em resposta, Ney Maranhão lembrou que o prazo deve ser cumprido, só podendo ser alterado por outra lei aprovada pelo Congresso.

Projeto que incentiva geração de energia solar passa em comissão

A geração de energia solar pode ser incentivada por um projeto aprovado ontem na Comissão de Infraestrutura (CI). O PLS 317/2013, de Ataídes Oliveira (Pros-TO, foto), isenta do Imposto sobre a Importação (IPI) os equipamentos e componentes de geração elétrica de fonte solar. A proposta segue para análise da Comissão



de Assuntos Econômicos (CAE).

O autor ressaltou o aumento da demanda por energia no Brasil, mas afirmou que as tecnologias de utilização de energia fotovoltaica ainda são pouco conhecidas e de raro uso. O relatório do senador Delcídio do Amaral (PT-MS), favorável à proposta, foi lido pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Avança uso de fontes energéticas limpas em novos prédios da União

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou ontem o PLS 168/2013, que torna obrigatório o uso de energia elétrica proveniente de fontes renováveis para aquecimento de água e condicionamento de ar em novos prédios da União. A proposta, de Wilder Moraes (DEM-GO), segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O projeto exige o atendimento de, no mínimo, 50% das necessidades energéticas

para a produção de calor e de frio. O relator, Inácio Arruda (PCdoB-CE), disse que o futuro esgotamento das fontes fósseis implicará adoção em massa de fontes renováveis.

As fontes renováveis elegíveis para essa utilização são a biomassa sólida, líquida ou gasosa, a radiação solar, a energia geotérmica e o vento. O texto permite que seja usada energia produzida localmente ou a partir de geração distribuída.

Durante audiência, debatedores destacam que a perspectiva para este ano é de poucas chuvas e que, caso elas não caiam nos reservatórios, será difícil evitar racionamento

Falta de água pode piorar no Nordeste e em SP

A SITUAÇÃO DE abastecimento de água no semiárido do Nordeste e na Região Metropolitana de São Paulo pode piorar entre 2014 e 2015, pois a perspectiva é de pouca chuva para este ano. Foi o que afirmaram o diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu Guillo, e o secretário-executivo do Ministério da Integração Nacional, Irani Braga Ramos, em audiência das Comissões de Infraestrutura (CI) e de Meio Ambiente (CMA).

Requerida por Jorge Viana (PT-AC), a reunião debateu medidas para evitar o racionamento de água no país. O senador lamentou a ausência de representantes do Ministério das Cidades e da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). Viana disse que teme uma grande crise e que a sociedade tem que contribuir, evitando o desperdício de água.

José Pimentel (PT-CE) afirmou que falta planejamento estratégico para enfrentar os problemas de abastecimento.

Reservatórios

Guillo explicou que, para o abastecimento de água, não basta chover, mas a chuva tem que cair no lugar certo, ou seja, no reservatório. O diretor da ANA apontou ain-



Irani Braga Ramos, Wilder Morais e Vicente Guillo em reunião das Comissões de Infraestrutura e de Meio Ambiente

da a dificuldade de gestão do abastecimento de água devido à interligação entre rios e reservatórios estaduais e federais.

— Acharmos que nós precisaríamos de um arranjo na Constituição em relação a esse tema.

Guillo disse que o complexo do Cantareira é formado por cinco reservatórios e responsável por quase 50% do abastecimento de água da região metropolitana de São Paulo. Segundo ele, o complexo de reservatórios (que em 2010 chegou ao seu máximo, causando até enchentes) ficou vazio do final de 2013 até fevereiro. Para Guillo, o problema teve três causas: a seca anormal, as obras não executadas no passado (como duas barragens na região de Campinas) e a au-

sência de uma regulação mais efetiva, com critérios objetivos.

Ele explicou que, no momento, a Sabesp propõe manter um fornecimento de água que seja confortável para a população. No entanto, há o risco de, se não chover no reservatório, ser preciso usar o volume morto.

Quanto ao semiárido nordestino, Guillo disse que, dos 507 reservatórios da região, quase 50% apresentam menos de 30% da capacidade, sendo que, este ano, os reservatórios não foram plenamente recuperados. Afirmou ainda que pode haver o fenômeno climático do El Niño, que provoca seca.

Irani Ramos disse que, segundo previsões de meteorologistas, em cerca de 600 dos 1,3 mil municípios do semiárido,

as chuvas serão menores do que a média histórica. Entre as ações para garantir a segurança hídrica da região, ele citou a Operação Carro-Pipa, com mais de 6 mil pipeiros para 792 municípios, e o Programa Água para Todos, cuja meta é construir 750 mil cisternas até o final do ano.

— Já temos quase 600 mil. Ele acrescentou que a grande obra do governo para a região é a transposição de águas do Rio São Francisco. Segundo ele, cerca de 11 mil funcionários trabalham nas obras, que devem ser concluídas no final de 2015. Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Eduardo Suplicy (PT-SP) defenderam a transposição para garantir um alívio à seca no Nordeste.

Jorge Viana pede mais debates sobre o tema

O estado de São Paulo não pode achar que vai conseguir enfrentar o problema da falta de água isoladamente, afirmou Jorge Viana (PT-AC).

O senador considerou importante que, ontem, na véspera do Dia Mundial do Meio Ambiente, a CI tenha debatido a crise da escassez de água.

Viana registrou que, de 2013 até agora, a quantidade de chuva na cidade de São Paulo equivale a 30% do menor índice já registrado na história do local. Para o senador, além de fatores naturais e climáticos, a falta de investimento dos últimos governos do estado nos reservatórios que abastecem a cidade foi responsável pela escassez.



José Cruz/Agência Senado

Aumento de recursos para municípios será negociado com o governo

O aumento de recursos para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) vai aguardar negociações entre o governo, o Senado e a Confederação Nacional de Municípios.

Por sugestão do senador José Pimentel (PT-CE), a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) concedeu ontem vista coletiva de proposta de emenda constitucional (PEC 39/2013) que amplia destinação ao fundo.

Ministro debate Plano Safra na Comissão de Agricultura

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) recebe hoje, às 8h, em audiência pública o ministro de Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, para discutir o Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015. A realização do debate foi uma iniciativa do senador Acir Gurgacz (PDT-RO), que quer analisar a operacionalidade do plano e a disponibilização de recursos ao produtor rural.

Relatório preliminar da LDO 2015 deve ser votado na terça-feira

O relatório preliminar sobre o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015 poderá ser votado na terça-feira pela Comissão Mista de Orçamento (CMO).

O prazo para apresentação de emendas será aberto após a aprovação do relatório preliminar, de Vital do Rêgo (PMDB-PB). O documento estipula que cada congressista poderá apresentar até três emendas individuais para o Anexo de Metas e Prioridades, cujo conteúdo não compõe a proposta encaminhada pelo governo ao Congresso. Também estabelece que as 15 ações de interesse nacional mais indicadas pelos parlamentares serão acolhidas na versão final a ser votada.

Vital propõe que o anexo seja elaborado apenas com as emendas coletivas, até porque as individuais estão prestes a ganhar obrigatoriedade, dada a aprovação em primeiro turno, na Câmara, da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 358/2013, que torna impositiva a execução das programações decorrentes de emendas individuais.

Comissão de Orçamento recebe lista de obras sob suspeita



Marcos Oliveira/Agência Senado

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) recebeu a lista atualizada das obras públicas com indícios de irregularidades graves investigadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Há quatro obras com recomendação do TCU para paralisação e fim dos repasses federais. A primeira é a construção de esgoto em Pilar (AL), orçada em R\$ 2,17 milhões, com recomendações de paralisação desde 2011. A segunda é uma obra para conter enchentes no Rio Poty, em Teresina, paralisada desde 2002 e com orçamento de R\$ 25 milhões. Oito obras têm indícios de irregularidades graves, mas devem apenas ter parte dos recursos retidos, segundo o TCU.

Na sexta-feira, definiu-se a composição do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COI). A coordenação será de Valdir Raupp (PMDB-RO).

(Com Agência Câmara)

Projeto que diferencia preço à vista e no cartão ganha urgência



O Plenário aprovou ontem regime de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 31/2013, que permite ao comerciante estabelecer preços diferentes para o mesmo produto no caso de pagamento em dinheiro ou no cartão de crédito. O projeto já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, a partir de terça-feira, será analisado direto em Plenário.

O texto suspende os efeitos da Resolução 34/1989, do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor (CNDIC), que proíbe a cobrança diferencia-

da. Segundo Roberto Requião (PMDB-PR), autor da proposta e do requerimento de urgência, a proibição acaba por repassar ao preço do produto os custos embutidos no uso do cartão de crédito (cerca de 7% do valor total) e impede desconto a quem pagar à vista.

A urgência foi questionada por José Agripino (DEM-RN), que considerou desinteressante a proposta, pois geraria aumento de preços e inflação. A urgência foi defendida por José Pimentel (PT-CE), que explicou que a proibição surgiu no início da década de 90, época de inflação e juros altos.

Restam 12 projetos no esforço concentrado

- PLS 281/2012: regras para comércio eletrônico no Código do Consumidor
- PLS 283/2012: regras para evitar superendividamento no CDC
- PEC 35/2011: acelera tramitação de tratados, atos e acordos internacionais
- PEC 15/2011: PEC dos Recursos, que garante prisão de condenado que recorrer
- PEC 32/2010: estende ao TST tratamento dado pela Constituição ao STJ
- PLS 229/2009: Lei de Responsabilidade Orçamentária
- PLS 150/2013: período de defeso será contado para aposentadoria de pescador
- SCD 264/1999: regulamenta reconhecimento de pós-graduação a distância
- SCD 185/2008: torna obrigatório o ensino de arte na educação básica
- PLS 559/2013: elimina carta-convite e tomada de preços em licitações
- PLC 136/2011: doação de área entre universidades em Mato Grosso do Sul
- PLC 78/2013: cria 17 cargos no TRT da 16ª Região, no Maranhão